

# AUDIÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## 07.FEV.12

### Pontos:

- Agradeço o facto de poder estar aqui para me ouvirem e ouvirem aqueles que assinaram a petição;
- Iniciativa pessoal e individual - 1716 cidadãos assinaram a petição;
- Não sou, nem fui, militante de qualquer partido;
- Não faço parte de qualquer movimento organizado contra os recibos verdes, como o FERVE (Fartos/os d'Estes Recibos VERdes) ou os Precários Inflexíveis, nem estive na organização da iniciativa legislativa “Lei Contra a Precariedade”;
- E quero dizer, felizmente, estou com um contrato de trabalho - situação estável - mas considero uma injustiça social atroz a utilização dos recibos verdes para exploração de quem trabalha com este tipo de vínculo;
- Supostamente, quem trabalharia a recibos verdes seriam trabalhadores independentes, profissionais liberais, mas em muitos casos isso não acontece;
- Muitos trabalham por contra de outrem, numa estrutura hierarquizada, e têm um horário fixo, mas a recebem a recibos “verdes”, o que é uma exploração, já que ficam sem qualquer tipo de direitos. Estes são os designados falsos recibos verdes;
- Não recebem subsídios de férias. O que quer dizer que pagam do seu bolso as suas férias;
- Não recebem subsídio de Natal;
- Podem ser despedidos a qualquer momento, mesmo que trabalhem há muitos anos numa empresa, o que cria instabilidade financeira e emocional a quem trabalha a recibos;

- Sem possibilidade de receber subsídio de desemprego. Já foi prometida essa alteração, mas esperamos realmente que essa decisão se concretize;
- Com o Novo Código Contributivo os trabalhadores independentes, e muitos não são independentes, descontam 21,5% para o IRS e 29,6% para a Segurança Social;
- Ou seja, quase metade do ordenado bruto vai para o Estado. Quem ganha 1.000 euros brutos, que não é um mau ordenado, passa a ganhar apenas 598 euros líquidos, que já é pouco mais do ordenado mínimo nacional;
- E já não falo do pagamento do IVA;
- E como já se percebeu, quase metade do vencimento fica no Estado, mas os “supostos” trabalhadores independentes não têm os mesmos direitos de um trabalhador dependente;
- Como já se percebeu, tanto por esta petição, como anteriores, com a nova iniciativa legislativa Lei Contra a Precariedade, como as diversas manifestações: da Geração à Rasca, dos Indignados, etc., como se pode constatar através dos blogues e redes sociais, como se pôde constatar pela polémica em torno da questão dos Censos de 2011 relativa ao tipo de vínculo, o tema dos recibos verdes é recorrente e motivo de insatisfação, indignação e revolta;
- E os trabalhadores a recibos verdes não estão representados na Concertação Social, nem pela UGT, nem pela CGTP, nem por qualquer outra organização. Os trabalhadores a recibos verdes são trabalhadores em voz e com medo de retaliações;
- Resumindo. Pretendemos que haja alterações imediatas a este tipo de vínculo contratual, abolindo a precariedade e promovendo a justiça no emprego;
- Sugestões:
  - Fiscalização e eliminação dos “falsos” recibos verdes;
  - Atribuir direitos aos trabalhadores independentes, subsídio de desemprego, subsídio de férias e subsídio de Natal;
  - Não absorver tanto ao vencimento bruto destes trabalhadores a recibos;

- Promoção da estabilidade do emprego junto do sector empresarial;
- Que os trabalhadores precários tenham voz em Concertação Social;
- Entre muitas outras.

- Mais do que tudo, vim aqui falar do factor humano. Estabilidade profissional, financeira e emocional de quem trabalha a recibos verdes.